



Revisão Literária do Atendimento Médico à Comunidade LGBTQIAP+: Desafios e Perspectivas

Carlos Henrique Pinto Missioneiro¹, Pedro Paulo Fagundes Miranda², João Vinícius Valério Darcis³, Samuel Hilsdorf Barbanti⁴

Revisão de Literatura

RESUMO

O estudo apresentado na pesquisa aborda a implementação e os desafios de políticas públicas de saúde destinadas à população LGBTQIAP+, um tema considerado urgente e de alta relevância. A criação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) representou um avanço significativo na luta pela igualdade no Brasil. No entanto, a falta de estudos e de dados específicos pode dificultar o desenvolvimento de estratégias efetivas para atender às necessidades de saúde dessa população. Estudos apontam que a discriminação por orientação sexual está associada a resultados adversos à saúde, incluindo violência e estressores psicossociais. A pesquisa realizou uma revisão da literatura da produção científica sobre o tema entre os anos 2018 e 2022, indexados nas bases Scielo, PubMed e Lilacs e utilizando descritores em ciências da saúde: "LGBT" or "gay" or "lesbian" or "transgender persons" or "homosexuality" or "bisexuality" or "sexual and gender minorities" or "gender identity" or "transsexualism". Os resultados indicaram diversos obstáculos para a implementação de políticas públicas voltadas para a população LGBTQIAP+ no Brasil, incluindo a falta de leis de proteção de direitos, comunicação ineficaz entre o Estado e a sociedade civil, falta de alocação orçamentária para planos e programas e ausência de representação política da comunidade LGBTQIAP+. Em um momento de avanço de forças conservadoras e de desmonte de direitos, é crucial enfrentar os desafios atuais para a construção do cuidado integral em saúde, levando em consideração a diversidade sexual e de gênero e a equidade em saúde perante a constituição.

Palavras-chave: Políticas de Saúde; Equidade em Saúde; Minorias Sexuais e de Gênero.

Literary Review of Medical Care for the LGBTQIAP+ Community: Challenges and Perspectives

ABSTRACT

The research presented in the study addresses the implementation and challenges of public health policies targeting the LGBTQIAP+ population, an issue that is considered urgent and highly relevant. The creation of the National Comprehensive Health Policy for Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites and Transsexuals (LGBT) was a significant advance in the fight for equality in Brazil. However, the lack of studies and specific data can make it difficult to develop effective strategies to meet the health needs of this population group.

Studies suggest that discrimination based on sexual orientation is associated with negative health outcomes, including violence and psychosocial stressors. The research conducted an integrative review of scientific production on this topic between 2018 and 2022, indexed in the Scielo, PubMed and Lilacs databases, using descriptors in the health sciences: 'LGBT' or 'gay' or 'lesbian' or 'transgender persons' " or 'homosexuality' or 'bisexuality' or 'sexual and gender minorities' or 'gender identity' or 'transsexualism'.

The findings pointed to several barriers to the implementation of public policies for the LGBTQIAP+ population in Brazil, including the lack of laws protecting rights, ineffective communication between the state and civil society, lack of budgetary resources for plans and programs, and a lack of political representation of the LGBTQIAP+ community.

At a time when conservative forces are on the rise and rights are being dismantled, it is crucial to address the current challenges of building comprehensive healthcare while taking sexual and gender diversity into account.

Keywords: Health policy; Health equity; Sexual and Gender Minorities.

Instituição afiliada – Unicesumar - Maringá

Dados da publicação: Artigo recebido em 22 de Fevereiro e publicado em 12 de Abril de 2024.

DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n4p1287-1309>

Autor correspondente: Carlos Henrique Pinto Missioneiro carlosmiasioneiro@icloud.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

A noção de "Saúde LGBTQIAP+" teve origem nos estudos sobre homossexualidade masculina, em um período histórico em que essa sigla ainda não existia, mas que foi gradualmente reconhecendo a diversidade interna desse grupo. Com o tempo, a definição foi ampliada para incluir não apenas homossexuais masculinos, mas também lésbicas, bissexuais, pessoas trans (travestis e transsexuais) e, posteriormente, intersexos (Miskolci et al., 2022).

Este estudo utilizará a sigla LGBTQIAP+ para englobar todas as possibilidades de existência que não sejam baseadas em padrões cis-heteronormativos, seguindo as definições e termos que abordam a diversidade sexual e de gênero, conforme o Manual de Comunicação LGBTQIAP+ da Aliança Nacional LGBTQIAP+ de 2018.

A comunidade LGBTQIAP+ existe resistindo e enfrentando lutas diárias para a conquista de seus direitos sociais, culturais, políticos e de cidadania, entre eles as políticas voltadas à saúde. Pesquisas realizadas no Brasil têm revelado que pessoas LGBTQIAP+ sofrem discriminação, negação de atendimento, constrangimentos e violência em serviços de saúde devido à sua orientação sexual e identidade de gênero não-normativa (Ferreira e Nascimento, 2019).

A batalha do direito à saúde para essa comunidade se intensificou após a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) conforme previsto na Constituição Federal de 1988 pelas Leis no 8.080/90 e no 8.142/90 que objetivava a saúde como direito para todos sem distinção de raça, cor ou gênero, o que levaria a uma redução da desigualdade social, contudo, o direito universal do SUS não foi garantido além da teoria no pós-1988 observam-se desigualdades no acesso a este direito fundamental, principalmente pelas minorias sociais, como a população LGBTQIAP+ (Martins et al., 2021).

Após a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), no campo da saúde coletiva, surgiram políticas de promoção da equidade, com o objetivo de diminuir as vulnerabilidades a que determinados grupos populacionais estão expostos, intervindo nos determinantes sociais da saúde. Essas políticas, baseadas no princípio da justiça social, tornaram-se uma das bandeiras dos movimentos



sociais, especialmente do movimento LGBTQIAP+ (Bezerra et al.,2019)

Voltando um pouco no tempo, no final da década de 1970 a população LGBTQIAP+ passou a ter visibilidade no cenário brasileiro devido ao movimento homossexual brasileiro (MHB) em defesa de seus direitos, tendo maior ascensão social a partir da redemocratização brasileira (Sousa e Mendes, 2021). Durante esse período, os governos demonstraram maior abertura e favorabilidade às demandas da comunidade LGBTQIAP+, que alcançou avanços significativos nas políticas públicas, principalmente na área da saúde (Bezerra et al., 2019).

Na década de 1980, essa luta começou com a conscientização e prevenção do vírus HIV, que impactou fortemente a população homossexual, juntamente com outras doenças sexualmente transmissíveis, em âmbito nacional e internacional, o que aumentou a visibilidade para essa população (Brasil, 2013). Na década de 1990, o número de grupos organizados que representavam a população LGBTQIAP+ aumentou, enfatizando a diversidade sexual como uma questão política e social inerente. A Parada do Orgulho LGBTQIAP+ realizada em São Paulo é um exemplo da maior visibilidade alcançada nesse período (Bezerra et al., 2019).

Porém, apenas no começo da década de 2000 que as demandas da comunidade começaram a ser pautas na agenda governamental. Em 2004, o grupo LGBTQIAP+ conquistou uma vitória significativa que foi além de programas de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e HIV/aids com a promulgação do programa Brasil sem Homofobia (Bezerra et al.,2021). O objetivo do programa era promover a cidadania homossexual e combater a homofobia. No entanto, o programa não conseguiu alcançar seus objetivos de maneira satisfatória, o que levou à convocação da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais em 2008 para discutir medidas que permitissem a sua efetivação (Sousa e Mendes, 2021).

Como resultado da luta histórica pela inclusão da comunidade LGBTQIAP+, foi instituída em 2011 uma política pública específica para esse grupo dentro do SUS. Essa política, chamada de Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIAP+, foi estabelecida por meio da Portaria nº 2.836 do Ministério da Saúde em 1º de dezembro de 2011 (Martins et al., 2021). Nela as estratégias e planos de ação para implementação das políticas de saúde LGBTQIAP+ são definidos pelas secretarias estaduais, enquanto a sua efetivação é de



responsabilidade das secretarias municipais, as quais devem identificar as necessidades de saúde da população LGBTQIAP+ em cada município (Gomes et al., 2018).

A Política Nacional de Saúde Integral de LGBT (PNSI-LGBT) foi criada para combater a desigualdade no Sistema Único de Saúde (SUS) e oferecer um cuidado adequado e inclusivo para a diversidade dos sujeitos. A política reconhece a existência de efeitos perversos dos processos de discriminação, violências e exclusão sobre a saúde da população de LGBTQIAP+ e uma das medidas propostas pela política é a qualificação profissional para que os profissionais da saúde possam lidar com a diversidade dos territórios (Brasil, 2011).

Segundo Silva et al. (2020) apesar dos progressos da PNSI-LGBT, existem aspectos que precisam ser aprimorados, tais como a efetivação dos princípios de universalidade, integralidade e equidade em políticas públicas que combatam a LGBTfobia

Mesmo com a criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT e do Conselho Nacional LGBT, que reconhece a orientação sexual e identidade de gênero como determinantes sociais da saúde, o acesso ao processo transexualizador, o uso do nome social e a equiparação do crime de LGBTfobia ao crime de racismo em 2019, ainda existem demandas negligenciadas na saúde da população LGBTQIAP+. O cuidado integral, incluindo ações específicas em todos os níveis de atenção, acolhimento e não discriminação no acesso aos serviços de saúde, são necessidades constantes. No entanto, a implantação incipiente de políticas sociais, a qualificação inadequada de profissionais, a homofobia/transfobia e a discriminação institucional são apontadas como fatores responsáveis pelo afastamento da população LGBTQIAP+ dos serviços de saúde e o abandono de tratamentos (Bezerra et al.,2021).

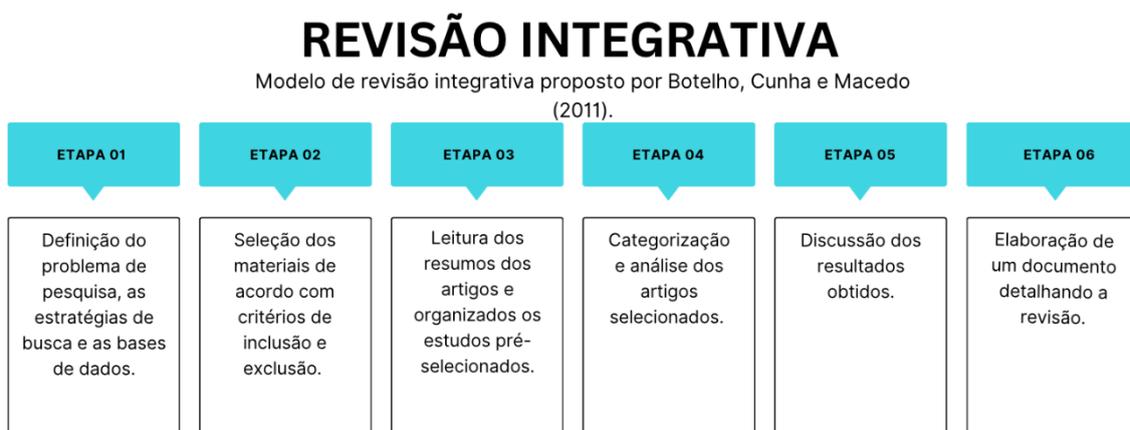
Enquanto os desafios de efetivar os direitos da população LGBTQIAP+ persistem com a falta de conhecimento dos prestadores de cuidado de saúde, é fundamental que a formação de profissionais de saúde inclua aspectos não somente biológicos relacionados à sexualidade humana e ao cuidado de saúde com minorias sexuais, seja na graduação ou na carreira nos serviços de saúde. Portanto, este estudo é importante por tratar de um tópico amplamente discutido

no âmbito das questões sociais e de saúde, bem como analisar os desafios que a população LGBTQIAP+ enfrenta em relação à saúde no Brasil atual. Sua relevância é ampliada devido à crescente demanda por profissionais capacitados para cuidar da população LGBTQIAP+, juntamente com a escassez de profissionais com essa formação. É importante reconhecer as necessidades e demandas dessas pessoas para garantir que os princípios fundamentais do SUS, como a universalidade, integralidade e equidade, sejam alcançados.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de Revisão da Literatura da produção científica que tem como objetivo realizar uma pesquisa exploratória para fornecer uma visão geral sobre as políticas públicas voltadas para a saúde da população LGBTQIAP+ no Brasil, um tema pouco explorado. Para orientar a pesquisa, adotou-se o modelo de revisão da literatura proposto por Botelho, Cunha e Macedo (2011), que envolve seis etapas descritas na Figura 1. Esse método é conhecido por sua transparência e rigor científico na seleção e avaliação crítica de artigos, o que permite limitar o viés e sintetizar os estudos escolhidos (Botelho *et al.*, 2011; Cook, 1997).

Figura 1 - Modelo de condução da revisão da literatura

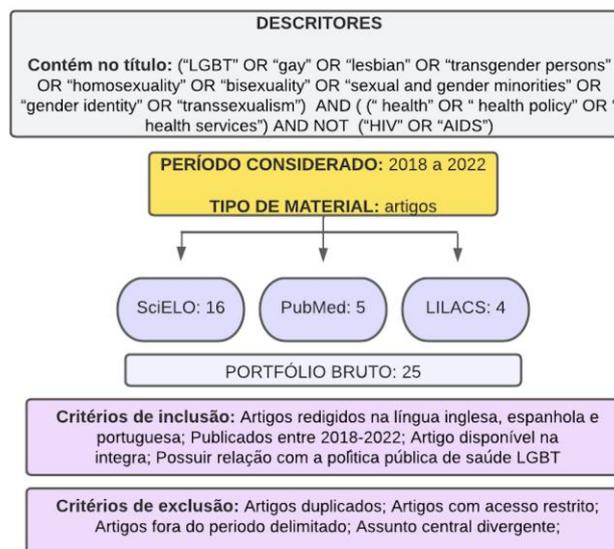


Fonte: Elaborada pelos autores.

Seguindo o modelo apresentado por Botelho *et al.* (2011), este estudo

exploratório consiste em seis etapas. Na primeira etapa, definiu-se o problema de pesquisa, as estratégias de busca e as bases de dados. Na segunda etapa, foram selecionados os materiais de acordo com critérios de inclusão e exclusão. Na terceira etapa, foram lidos os resumos dos artigos e organizados os estudos pré-selecionados. Na quarta etapa, os estudos foram categorizados e analisados criticamente. Na quinta etapa, discutiram-se os resultados obtidos. E, finalmente, na sexta etapa, elaborou-se um documento detalhando a revisão. Para a realização deste estudo, foi realizado um levantamento bibliográfico nas plataformas Scielo, PubMed e Lilacs, utilizando como DECS (Descritores em Ciências da Saúde) as palavras: (“LGBT” or “gay” or “lesbian” or “transgender persons” or “homosexuality” or “bisexuality” or “sexual and gender minorities” or “gender identity” or “transsexualism”) AND (“health” or “health policy” or “health services”) AND NOT (“HIV” or “AIDS”). A delimitação temporal foi a partir dos anos 2018 até 2022.

Figura 2 - Descrição das etapas do estudo exploratório



Fonte: Elaborada pelos autores.

Os artigos selecionados para análise foram submetidos a critérios de inclusão e exclusão, seguindo a segunda etapa do modelo adotado. Para serem incluídos na análise, os artigos precisavam atender a todos os critérios de inclusão estabelecidos. Já aqueles que apresentassem pelo menos um critério de exclusão foram excluídos da análise.

Critérios de inclusão:

- Artigos redigidos na língua inglesa, espanhola e portuguesa;
- Publicados entre 2018-2022;
- Artigo disponível na íntegra;
- Possuir relação com a política pública de saúde LGBTQIAP+

Critérios de exclusão:

- Artigos duplicados;
- Artigos com acesso restrito;
- Artigos fora do período delimitado;
- Assunto central divergente;

A análise dos artigos selecionados permitiu identificar um aumento significativo na discussão sobre políticas públicas LGBTQIAP+ nos últimos anos, especialmente a partir de 2019. A natureza interdisciplinar das revistas onde os artigos foram publicados evidenciou que mesmo as publicações fora do campo da administração pública trouxeram discussões pertinentes à área. Apenas um dos artigos selecionados foi publicado em um periódico de administração pública, indicando a emergência da discussão sobre políticas públicas LGBTQIAP+ neste âmbito e possivelmente a falta de visibilidade do tema nas revistas especializadas. Para identificar as principais discussões dos artigos, foi realizada uma análise de frequência de termos, onde a sigla LGBTQIAP+ foi o termo mais utilizado, seguido pelos termos políticas, população, públicas, Brasil, ações, gênero, direitos, social, nacional, saúde e identidade.

RESULTADOS

Após a leitura completa das publicações selecionadas, utilizou-se um formulário elaborado para extrair os dados relevantes. Essas informações foram organizadas no Quadro 1 com suas principais características e organizado em ordem alfabética do nome do primeiro autor. Após uma leitura criteriosa por dois revisores, os resultados foram submetidos a uma análise temática, que envolveu três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos. O objetivo dessa análise foi identificar os principais temas abordados pelas publicações selecionadas (Minayo, 2013).

Quadro 1 - Características dos artigos selecionados para a o estudo

Título	Primeiro Autor	Ano	Revista	Metodologia	Objetivos	Resultados
Saúde da população LGBT: uma análise dos agentes, dos objetos de interesse e das disputas de um espaço de produção científica emergente	Abade, Erik Asley Ferreira	2020	Revista da Saúde Coletiva	Revisão sistemática	Compreender a produção científica latino-americana sobre a saúde da população LGBT.	O Brasil é o país dominante na publicação de trabalhos, principalmente a partir de 2014. O tema de maior interesse tem sido atuação profissional (18,6%), seguido pela saúde mental (16,8%) e análise de programas (11,8%).
Condições históricas para a emergência da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no espaço social da saúde no Estado da Bahia, Brasil	Bezerra, Marcos Vinicius da Rocha	2021	Cadernos de Saúde Pública	Estudo de caso	Compreender as condições históricas para a emergência da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI-LGBT) no Estado da Bahia.	Foi evidente a importância do movimento social LGBT na elaboração das primeiras proposições de uma política de saúde LGBT na Bahia.
Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva	Bezerra, Marcos Vinicius da Rocha	2019	Saúde em debate	Revisão integrativa	Identificar o que expressaram as publicações dos principais periódicos nacionais da área da saúde coletiva sobre as políticas em saúde direcionadas à população LGBT entre 2004 e 2018.	Nos últimos 15 anos os temas relacionados com a população LGBT tiveram pouca expressividade, porém, os artigos produzidos tiveram muita relevância ao tratarem temas importantes como vulnerabilidades, identidade de gênero e orientação sexual.
Vivências de pessoas LGBT em situação de	Campos, Dalvan Antônio de	2019	Saúde em Debate	Pesquisa	Compreender as implicações das	No Brasil, esse é um tema pouco



rua e as relações com a atenção e o cuidado em saúde em Florianópolis, SC				qualitativa	identidades de gênero nas relações sociais e na saúde de pessoas LGBT em situação de rua de Florianópolis (SC).	investigado. Há uma invisibilidade das pessoas LGBT em situação de rua nas discussões científicas, políticas públicas e serviços de saúde no cenário nacional.
LGBTQIA+ health: a rapid scoping review of the literature in Brazil	Domene FM	2022	Cien Saude Colet.	Revisão de escopo	Mapear e caracterizar a produção científica brasileira sobre a saúde da população LGBT.	Houve crescimento da produção científica de autores(as) brasileiros(as) alguns anos após a criação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT. A maioria dos estudos analisou infecções sexualmente transmissíveis em suas diversas populações.
Construction of LGBT health policies in Brazil: a historical perspective and contemporary challenges	Ferreira BO	2022	Cien Saude Colet.	Análise de implementação	Reflete especificamente sobre os dez anos decorridos desde a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde LGBT	Mudança das necessidades de saúde para além da prevenção e tratamento do HIV, respeitando as singularidades de cada identidade e fortalecendo a cidadania das minorias sexuais e de gênero.
Competências para o cuidado em saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: desenvolvimento e validação de instrumento avaliativo	Gomes, Sávio Marcelino	2021	Saúde e Sociedade	Pesquisa qualitativa	Superar os desafios encontrados na literatura, transformando conceitos em categorias analíticas para que seja utilizado em pesquisas posteriores	O instrumento formulado condensa importantes aspectos da determinação social da saúde da população LGBT, que devem ser considerados na formação de profissionais.



O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT	GOMES, S. M.	2018	Saúde e Sociedade	Estudo transversal	Investigar as dimensões do cuidado em saúde para a população LGBT nos serviços do SUS no município de Cuité (PB)	Os sujeitos envolvidos no processo de gestão do SUS no município apresentam dificuldade de realizar uma escuta ativa e de reconhecer as demandas da comunidade LGBT ao longo da história.
Gay and lesbian health agendas	Gomes R.	2022	Cien Saude Colet	Matriz de agendas de saúde	Validar agendas reivindicadas por representantes de grupos homossexuais voltadas para atenção integral à saúde de gays e lésbicas	Os resultados desse estudo podem servir como ilustração para as dificuldades ou limites que lésbicas e gays enfrentam quando acessam os serviços de saúde e/ou são atendidos por profissionais desses serviços
Uma análise da Política Nacional de Saúde Integral LGBT à luz do conceito gramsciano de Estado ampliado	MARTINS, Dilermando Aparecido Borges	2021	Revista Crítica de Ciências Sociais	Revisão bibliográfica	Refletir sobre a Política Nacional de Saúde Integral da população LGBT	A instituição da Política Nacional de Saúde Integral LGBT não emergiu pelos interesses da sociedade política brasileira, mas através de setores organizados da sociedade civil, de movimentos vinculados às demandas da população LGBT, historicamente excluída no Brasil.
Health challenges in the LGBTI+ population in Brazil: a scenario analysis through the triangulation of methods	Miskolci R	2022	Cien Saude Colet	Pesquisa qualitativa	Refletir sobre os desafios da saúde LGBT e de outras minorias no Brasil	Corroboram a urgência da implementação plena da "Política Nacional de Saúde Integral de LGBT"
Saúde de Lésbicas, Gays,	Negreiros, Flávia	2019	Revista Brasileir	Pesquisa exploratória e	Analisar a formação para	Necessidade de divulgação e



Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional	Rachel Nogueira de		a de Educação Médica	descritiva	assistência à saúde da população LGBT, na perspectiva de médicos que atuam na atenção básica.	implementação da Política Nacional de Saúde LGBT como ferramenta efetiva para promover os direitos humanos entre os profissionais médicos desde a graduação até a atuação profissional.
Discursos sobre o cuidado em saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) entre médicas(os) da Estratégia Saúde da Família	Paulino, Danilo Borges	2019	Comunicação, Saúde, Educação	Pesquisa qualitativa	Identificar os discursos sobre o acesso e a qualidade da atenção integral à saúde da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) entre médicas(os) da Estratégia Saúde da Família, refletindo sobre como esses discursos podem impactar o cuidado em saúde da população LGBT.	O melhor atendimento dessa população depende de mudanças na atuação dos profissionais de saúde, sendo urgente sua formação e qualificação para uma saúde LGBT integral.
Dificuldades vividas por pessoas trans sem acesso ao Sistema Único de Saúde	Rocon PC	2016	Cienc Saude Colet	Pesquisa qualitativa	Discutir as dificuldades de pessoas trans moradoras da região metropolitana da Grande Vitória/ES em acessarem os serviços de saúde no SUS.	Apontaram o desrespeito ao nome social, a discriminação e o diagnóstico no processo transexualizador como principais limitações no acesso ao sistema de saúde.
Health of the LGBTI+ Population in Primary Health Care and the Insertion of Nursing	Santos, Juliana Spinula dos	2019	Escola Anna Nery	Revisão integrativa	Refletir sobre as abordagens da saúde da população LGBTI+, a Atenção Primária à Saúde e a Enfermagem no cuidado a esta população.	População LGBTI+ é composta por populações que se definem pela diversidade de identidade e de expressão de gênero, orientação sexual e sexo biológico. Nas equipes de Saúde da Família, as enfermeiras devem conhecer as principais demandas dessa população. A reorientação institucional da APS impõe novos desafios à efetivação do direito à saúde da população LGBTI+



Corpos dissidentes, saúde sexual e micro biopolíticas de resistência na amazônia atlântica	Sena, José	2020	Linguística Aplicada	Pesquisa etnográfica	Analisar as disputas metapragmáticas sobre o cuidado em saúde sexual estabelecidas na relação entre uma biopolítica oficial e as práticas de cuidado em saúde de corpos dissidentes no território da Amazônia Atlântica contemporânea.	As práticas de resistência micro biopolíticas identificadas nas experiências sociais locais questionam o discurso oficial e a manutenção de um regime LGBTfóbico.
Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil	Silva, Amanda de Cassia Azevedo da	2020	Comunicação, Saúde, Educação	Pesquisa qualitativa	Refletir e aprimorar o o processo de implementação e as condições de saúde da população LGBT	Percebe-se a presença de dificuldades no decorrer da rede de atenção em saúde, como a falta de informação de trabalhadores; impasses nos encaminhamentos; obstáculos no acesso aos serviços de saúde na APS; e preconceito dos funcionários em relação aos usuários LGBT.
Políticas públicas para a população LGBT: uma revisão de estudos sobre o tema	Sousa, Carlos Augusto Alves de	2021	Cadernos EBAPE. BR	Pesquisa exploratória	Apresentar subsídios para que estudos futuros possam avaliar de modo mais criterioso políticas voltadas ao público LGBT	Discussão acerca das políticas públicas LGBT ganhou força nos últimos anos, mais especificamente a partir do ano de 2012.
Violência contra mulheres lésbicas/ bissexuais e vulnerabilidade em saúde: revisão da	SOUZA, Carolina de	2021	Psic., Saúde & Doenças	Revisão integrativa	Compreender em que medida o conhecimento produzido pela academia pode oferecer subsídios para	O foco principal dos estudos foi a agressão sofrida por mulheres homossexuais ou bissexuais, tema contemplado em



literatura					implementação de políticas públicas e estratégias de cuidado para modificar a cultura que mata as pessoas LGBT.	72,8% dos artigos.	dos
------------	--	--	--	--	---	--------------------	-----

Fonte: Elaborada pelos autores.

A análise dos artigos selecionados permitiu identificar um aumento significativo na discussão sobre políticas públicas LGBTQIAP+ nos últimos anos, especialmente a partir de 2019. A natureza interdisciplinar das revistas onde os artigos foram publicados evidenciou que mesmo as publicações fora do campo da administração pública trouxeram discussões pertinentes à área. Apenas um dos artigos selecionados foi publicado em um periódico de administração pública, indicando a emergência da discussão sobre políticas públicas LGBTQIAP+ neste âmbito e possivelmente a falta de visibilidade do tema nas revistas especializadas. Para identificar as principais discussões dos artigos, foi realizada uma análise de frequência de termos, onde a sigla LGBTQIAP+ foi o termo mais utilizado, seguido pelos termos políticas, população, públicas, Brasil, ações, gênero, direitos, social, nacional, saúde e identidade.

DISCUSSÃO

No período dos últimos 15 anos, os assuntos referentes à população LGBTQIAP+ não foram amplamente abordados nas publicações identificadas. Apesar disso, os poucos artigos publicados trouxeram valiosas contribuições, ao abordarem temas complexos e apontarem as vulnerabilidades enfrentadas em decorrência da orientação sexual e identidade de gênero.

Entre 2004 e 2011, o Brasil implementou diversas políticas públicas para combater a discriminação contra a população LGBTQIAP+, como o Programa Brasil sem Homofobia (Brasil, 2004) e a PNSI-LGBT (Brasil, 2011). Esses documentos são importantes guias para orientar as práticas profissionais em saúde, juntamente com a política nacional de reorientação da formação profissional para o SUS, que tem como objetivo a atuação baseada nos princípios da Reforma Sanitária Brasileira, incluindo a equidade e a compreensão da diversidade nos territórios.

Somente após 2014 que foram produzidos dados oficiais sobre violência contra a comunidade LGBTQIAP+ no sistema de saúde, sendo que o Brasil é considerado um dos países mais violentos nesse aspecto (Pinto et al., 2020), para alterar essa realidade pode se incluir perguntas sobre identidade de gênero e orientação sexual nos formulários de admissão médica e registros de saúde eletrônicos. Isso ajudará a capturar informações demográficas importantes e a entender melhor as necessidades de saúde específicas da população LGBTQIAP+. Esse contexto tem impacto na atuação dos profissionais de saúde nos serviços cotidianos, e a LGBTfobia institucional contribui para a determinação social do adoecimento em pessoas LGBTQIAP+ (Gomes et al., 2018).

A ONU destaca que o estigma e a discriminação são obstáculos significativos para o acesso e uso dos serviços de saúde por essa população, o que é corroborado com o estudo de acordo com Albuquerque et al., que afirma que o acesso aos serviços de saúde é uma questão de vulnerabilidade para a população LGBTQIAP+, que enfrenta opressão, discriminação, intolerância e agressões verbais por parte dos profissionais de saúde.

Rocon et al. (2016) afirmam que a falta de respeito ao nome social é um obstáculo significativo para o acesso universal, integral e equitativo no SUS, juntamente com o fim da discriminação contra pessoas trans/travestis nos sistemas de saúde. Além disso, a população LGBTQIAP+ apresenta maior vulnerabilidade ao uso de substâncias, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), câncer, doenças cardiovasculares, obesidade, bullying, isolamento, rejeição, ansiedade, depressão e suicídio em comparação com a população em geral (Santos et al., 2019).

Foi conduzida uma pesquisa no Brasil com 19 jovens homossexuais que mostrou que seus sofrimentos psicológicos decorrem de preconceitos, regras heteronormativas, estigmas, reclusão, perda e solidão. Esses fatores podem levar a ideação suicida, resultando em uma demanda por serviços e profissionais de saúde em questões de saúde mental, visto que o suicídio é considerado um grave problema de saúde pública (Santos et al., 2019).

Pensando nesse contexto, é fundamental implementar políticas que proíbam a discriminação com base na identidade de gênero e orientação sexual. Isso pode envolver a criação de um ambiente seguro e inclusivo, onde os

pacientes LGBTQIAP+ se sintam confortáveis para buscar atendimento médico sem medo de preconceito ou discriminação. Diante da vulnerabilidade enfrentada por esse grupo, é imprescindível garantir o acesso universal e gratuito à saúde, conforme previsto pela Constituição, e é nesse sentido que entra a PNSI-LGBT (Santos et al., 2019). O objetivo da Política LGBT é ampliar o acesso aos serviços de saúde do SUS e garantir o respeito e acolhimento das demandas e necessidades da população LGBTQIAP+. A política também visa instituir mudanças na determinação social da saúde, a fim de reduzir as desigualdades em saúde para essa população (Domene et al., 2022).

No entanto, a partir de 2014, a conjuntura em relação às políticas de gênero tornou-se preocupante, especialmente após 2018, quando se iniciou um governo declaradamente anti-gênero, com discursos e medidas de controle e opressão de corpos dissidentes, tanto por identidade de gênero e orientação sexual quanto por marcadores de raça, etnia e classe. Os direitos conquistados por meio da articulação dos movimentos sociais e governos começaram a sair da agenda política, sendo substituídos por práticas e discursos discriminatórios, colocando em risco essas conquistas. (Gomes e Noro, 2021).

De acordo com Negreiro et al. (2019), é possível identificar lacunas no cuidado à saúde na atenção básica, que refletem deficiências na formação acadêmica dos profissionais, tanto na graduação quanto em programas de especialização, residência ou capacitação profissional.

Um estudo realizado em dois municípios de Minas Gerais com médicos da Estratégia Saúde da Família reforça a necessidade de capacitação desses profissionais para atender a comunidade LGBTQIAP+. Os autores identificaram três discursos médicos que podem afetar os cuidados de saúde voltados a esse coletivo. O primeiro é o discurso da "não diferenciação", que minimiza as diferenças e pode levar à negação do outro. O segundo é o discurso do "não saber", que se concentra na falta de conhecimento sobre as demandas da população LGBTQIAP+. Por último, o terceiro é o discurso de "não querer", que tenta justificar a ausência de membros do coletivo LGBTQIAP+ nos serviços de saúde. Os autores concluem que esses discursos contribuem para o silenciamento das questões envolvendo a saúde da população LGBTQIAP+, afastando-a de um cuidado em saúde integral e equânime (Gomes, 2022).

Segundo Paulino et al. o documento que estabelece as Diretrizes



Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação em Medicina colabora com a falta de preparo dos médicos, visto que, trata de forma abrangente o tema de gênero e sexualidade, mas não faz menção específica à sigla LGBTQIAP+ ou à palavra "sexualidade".

É relevante enfatizar que a falta de capacitação para o cuidado em saúde não se limita aos profissionais que fornecem assistência à população LGBTQIAP+, mas também se estende aos gestores de saúde. Além disso, a falta de conhecimento dos objetivos e diretrizes da política LGBTQIAP+ por parte dos gestores resulta em uma desarticulação de ações nos diferentes níveis de atenção à saúde, o que pode levar à fragmentação do cuidado (Bezerra et al., 2019).

Foi observado que um problema frequente é a falta de adaptação dos sistemas de informação em saúde para a população trans, travesti ou não-binária, embora essa demanda não seja recente. Um exemplo mencionado foi a dificuldade de realizar exames ginecológicos, como o Papanicolau, em homens trans e o exame de próstata em mulheres trans, devido à limitação do sistema (Miskolci et al., 2022).

Em resumo, as políticas públicas são criadas com o objetivo de garantir a proteção integral da população LGBTQIAP+ em relação à integridade física, moral, mental e identitária. No entanto, é responsabilidade do Estado adotar todas as medidas necessárias para garantir o pleno acesso e a proteção desse grupo, historicamente marginalizado, ao direito fundamental à saúde (Bezerra et al., 2019).

Segundo Silva et al. (2020) é importante implementar medidas para educação em saúde voltadas para gestores e profissionais de saúde, a fim de possibilitar o controle social. Além disso, é fundamental incluir a educação nas rotinas dos serviços de saúde para combater o preconceito contra a população LGBTQIAP+ com foco na eliminação das discriminações relacionadas a gênero, orientação sexual, raça, cor, etnia, levando em consideração as singularidades em saúde dessa população.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da revisão sistemática realizada, é possível concluir que a população LGBTQIAP+ enfrenta diversas vulnerabilidades no acesso aos serviços de saúde. Embora tenham sido identificados avanços significativos nas políticas públicas no período entre 2004 e 2011, como o Programa Brasil sem Homofobia e a PNSI-LGBT, a falta de abordagem ampla sobre os assuntos relacionados à população LGBTQIAP+ nas publicações científicas revela uma lacuna no conhecimento científico e na atenção direcionada a essa população.

A discriminação, o estigma e a falta de respeito por parte dos profissionais de saúde contribuem para a determinação social do adoecimento da população LGBTQIAP+ tornando necessária a adoção de medidas que reduzam as desigualdades e promovam a inclusão desse grupo social marginalizado.

No entanto, a conjuntura política recente tem apresentado desafios, com a diminuição do apoio às políticas de gênero e o surgimento de discursos e práticas discriminatórios. Além disso, a falta de preparo dos profissionais de saúde, tanto na graduação quanto em programas de especialização, residência ou capacitação profissional, contribui para a reprodução de discursos que silenciam as questões relacionadas à saúde da população LGBTQIAP+.

Para modificar os atendimentos médicos para a população LGBTQIAP+, é essencial adotar um currículo inclusivo que aborde temas relacionados à saúde LGBTQIAP+, além de implementar programas de treinamento em competência cultural. A sensibilização sobre identidade de gênero e orientação sexual, por meio da discussão de estudos de caso e depoimentos de pacientes LGBT, contribui para o desenvolvimento de empatia e compreensão. Estabelecer parcerias com organizações LGBT proporciona treinamento conjunto e compartilhamento de recursos, enquanto preceptores e mentores especializados oferecem orientações práticas. A integração de simulações clínicas e a promoção da atualização contínua através de programas de educação médica garantem a prática de habilidades de comunicação,



sensibilidade cultural e atendimento inclusivo, fortalecendo o compromisso de oferecer um atendimento médico de qualidade à população LGBT.

Em suma, é responsabilidade do Estado e dos profissionais de saúde adotar medidas concretas para garantir o pleno acesso e a proteção da população LGBTQIAP+ ao direito fundamental à saúde. A promoção da equidade e o respeito à diversidade devem ser princípios norteadores na construção de um sistema de saúde inclusivo, que atenda às necessidades de todos os indivíduos, independentemente de sua orientação sexual e identidade de gênero.

REFERÊNCIAS

Abade, Erik Asley Ferreira, Chaves, Sônia Cristina Lima e Silva, Gisella Cristina de Oliveira Saúde da população LGBT: uma análise dos agentes, dos objetos de interesse e das disputas de um espaço de produção científica emergente. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [online]. 2020, v. 30, n. 04 [Acessado 8 Julho 2022], e300418. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300418>>. Epub 14 Dez 2020. ISSN 1809-4481. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300418>.

Bezerra, Marcos Vinicius da Rocha et al. Condições históricas para a emergência da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no espaço social da saúde no Estado da Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. v. 37, n. 8 [Acessado 8 Julho 2022], e00221420. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00221420>>. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00221420>.

Bezerra, Marcos Vinicius da Rocha et al. Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. *Saúde em Debate* [online]. 2019, v. 43, n. spe8 [Acessado 8 Julho 2022], pp. 305-323. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042019S822>>. Epub 07 Ago 2020. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S822>.

Botelho, L. L. R., Cunha, C. C. A., & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5(11), 121-136.

Brasil (2013), *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: Ministério da Saúde [1.a ed.].

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília, DF, 2011.

Campos, Dalvan Antonio de, Cardoso, Heitor Mondardo e Moretti-Pires, Rodrigo Otávio Vivências de pessoas LGBT em situação de rua e as relações com a atenção e o cuidado em saúde em Florianópolis, SC. *Saúde em Debate* [online]. v. 43, n. spe8 [Acessado 8 Julho 2022], pp. 79-90. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103->



11042019S806>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S806>.

Cook, D. J., Mulrow, C. D., & Haynes, R. B. (1997). Systematic reviews: synthesis of best evidence for clinical decisions. *Annals of Internal Medicine*, 126(5), 376-380.

Domene FM, Silva JLD, Toma TS, Silva LALBD, Melo RC, Silva AD, Barreto JOM. LGBTQIA+ health: a rapid scoping review of the literature in Brazil. *Cien Saude Colet*. 2022 Oct;27(10):3835-3848. Portuguese, English. doi: 10.1590/1413-812320222710.07122022. Epub 2022 May 11. PMID: 36134790.

Ferreira BO, Nascimento M. Construction of LGBT health policies in Brazil: a historical perspective and contemporary challenges. *Cien Saude Colet*. 2022 Oct;27(10):3825-3834. Portuguese, English. doi: 10.1590/1413-812320222710.06422022. Epub 2022 Apr 27. PMID: 36134789.

Gomes, Sávio Marcelino e Noro, Luiz Roberto Augusto. Competências para o cuidado em saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: desenvolvimento e validação de instrumento avaliativo 1 1 Agradecimentos à CAPES pela concessão de bolsa de pesquisador. . *Saúde e Sociedade* [online]. 2021, v. 30, n. 4 [Acessado 8 Julho 2022] , e190829. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902021190829>>. Epub 29 Nov 2021. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021190829>.

GOMES, S. M. et al. O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 1120-1133, 2018. DOI: 10.1590/S0104-12902018180393

Gomes, Sávio Marcelino et al. O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. *Saúde e Sociedade* [online]. 2018, v. 27, n. 4 [Acessado 8 Julho 2022] , pp. 1120-1133. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902018180393>>. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018180393>.

Gomes R. Gay and lesbian health agendas. *Cien Saude Colet*. 2022 Oct;27(10):3807-3814. Portuguese, English. doi: 10.1590/1413-812320222710.23792021. Epub 2022 Jan 2. PMID: 36134787.

MARTINS, Dilermando Aparecido Borges; PREUSS, Lislei Teresinha; SILVA, Silmara Carneiro e. Uma análise da Política Nacional de Saúde Integral LGBT à luz do conceito gramsciano de Estado ampliado. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra , n. 126, p. 91-112, dez. 2021 . Disponível em <http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-74352021000300091&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 jul. 2022. Epub 31-Dez-2021. <https://doi.org/10.4000/rccs.12438>.

Minayo, M. C. S. (2013). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.

Miskolci R, Signorelli MC, Canavese D, Teixeira FDB, Polidoro M, Moretti-Pires RO, Souza MHT, Pereira PPG. Health challenges in the LGBTI+ population in Brazil: a scenario analysis through the triangulation of methods. *Cien Saude Colet*. 2022 Oct;27(10):3815-3824. Portuguese, English. doi: 10.1590/1413-812320222710.06602022. Epub 2022 Apr 29. PMID: 36134788.



Negreiros, Flávia Rachel Nogueira de et al. Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. Revista Brasileira de Educação Médica [online]. 2019, v. 43, n. 1 [Acessado 8 Julho 2022] , pp. 23-31. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n1RB20180075>>. ISSN 1981-5271. <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n1RB20180075>.

Paulino, Danilo Borges, Rasera, Emerson Fernando e Teixeira, Flavia do Bonsucesso Discursos sobre o cuidado em saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) entre médicas(os) da Estratégia Saúde da Família **Este artigo é resultado da Dissertação de Mestrado “Discursos sobre o acesso e a qualidade da atenção integral à saúde da população LGBT entre médicos(as) da Estratégia Saúde da Família”, do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, de autoria de Danilo Borges Paulino e orientação de Emerson Fernando Rasera. . Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2019, v. 23 [Acessado 8 Julho 2022] , e180279. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/Interface.180279>>. Epub 10 Jul 2019. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/Interface.180279>.

Rocon PC; Rodrigues A, Zamboni JE, Pedrini MD. Dificuldades vividas por pessoas trans sem acesso ao Sistema Único de Saúde. Cienc Saude Colet. 2016; 21(8):2517-26.

Santos, Juliana Spinula dos, Silva, Rodrigo Nogueira da and Ferreira, Márcia de Assunção. Health of the LGBTI+ Population in Primary Health Care and the Insertion of Nursing. Escola Anna Nery [online]. 2019, v. 23, n. 4 [Accessed 8 July 2022] , e20190162. Available from: <<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0162>>. Epub 14 Oct 2019. ISSN 2177-9465. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0162>.

Sena, José. CORPOS DISSIDENTES, SAÚDE SEXUAL E MICROBIOPOLÍTICAS DE RESISTÊNCIA NA AMAZÔNIA ATLÂNTICA. Trabalhos em Linguística Aplicada [online]. 2020, v. 59, n. 3 [Acessado 8 Julho 2022] , pp. 1710-1734. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/01031813836771120201117>>. Epub 05 Mar 2021. ISSN 2175-764X. <https://doi.org/10.1590/01031813836771120201117>

Silva, Amanda de Cassia Azevedo da et al. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil* * Estudo desenvolvido como parte do projeto de mestrado da primeira autora, que contou com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Pesquisa financiada pelo Ministério da Saúde. . Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2020, v. 24 [Acessado 8 Julho 2022] , e190568. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/Interface.190568>>. Epub 29 Maio 2020. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/Interface.190568>.

Sousa, Carlos Augusto Alves de e Mendes, Diego Costa. Políticas públicas para a população LGBT: uma revisão de estudos sobre o tema. Cadernos EBAPE.BR [online]. 2021, v. 19, n. spe [Acessado 8 Julho 2022] , pp. 642-655. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1679-395120200116>>. Epub 20 Dez 2021. ISSN 1679-3951. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200116>.

SOUZA, Carolina de et al . Violência contra mulheres lésbicas/ bissexuais e vulnerabilidade em saúde: revisão da literatura. **Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa , v. 22, n. 2, p. 437-453, set. 2021 . Disponível em <http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-



**Revisão Literária do Atendimento Médico à Comunidade LGBTQIAP+: Desafios e
Perspectivas**

Carlos Henrique Pinto Missioneiro *et. al.*

00862021000200437&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 jul. 2022. Epub 31-Ago-2021. <https://doi.org/10.15309/21psd220210>.